

*

FONTES DE INFORMAÇÃO E DIREITOS DA INFÂNCIA
NA COBERTURA JORNALÍSTICA PORTUGUESA

Lídia Marôpo

CIMJ, Centro de Investigação Media e Jornalismo

INTRODUÇÃO

Em que medida os jornais portugueses promovem uma cobertura contextualizada e esclarecedora sobre as questões infanto-juvenis? Consideramos uma cobertura contextualizada e esclarecedora a produção jornalística que respeita e promove os direitos assegurados na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, da qual Portugal é signatário. Para responder à pergunta, levamos em consideração que o discurso noticioso é construído a partir das fontes de informação, a matéria-prima do jornalismo. As vozes accionadas pela imprensa portuguesa, num processo de negociação entre jornalistas e fontes, contribuem para a construção social de ideias sobre a infância e a juventude.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que quanto mais diversificadas e representativas de distintos sectores sociais forem essas fontes, mais democrático e pluralista tende a ser o debate sobre as temáticas infanto-juvenis. Também consideramos que o uso de fontes de informação pelos jornalistas reflecte o seu nível de conhecimento da área que estão cobrindo. Quanto maior esse conhecimento, maior tende a ser a probabilidade de que sejam seleccionados entrevistados de diferentes sectores ligados à questão.

Para Guerra (2004: 02), "as fontes de informação accionadas pelos jornalistas são um indicador fundamental da qualidade da cobertura, quando considerados dois aspectos: moral, o respeito à pluralidade de pontos de vista, e cognitivo, a diversidade de pontos de vista amplia a percepção e análise dos problemas". Pretendemos perceber, a partir desses critérios, em que medida as fontes de informação utilizadas pelos jornalistas de quatro dos maiores diários portugueses – *o Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã* – contribuem para a prática de um jornalismo de qualidade em relação às questões da infância.

METODOLOGIA

Este trabalho faz parte do Projecto *Crianças e Jovens em Notícia*, que analisa sob vários aspectos a cobertura jornalística sobre a população infanto-juvenil em quatro diários portugueses. O *corpus* de investigação inclui peças de informação e de opinião que foquem situações e eventos que envolvam directamente crianças e jovens (como protagonistas activos ou afectados pela intervenção directa de algo ou de alguém), bem como estudos, estatísticas e outros conteúdos sobre a situação da infância e os direitos das crianças (0-18 anos).

Para este estudo, em particular, levámos em consideração somente os itens informativos (foram excluídos artigos de opinião, editoriais, cartas de leitor e demais géneros opinativos) dos quatro jornais – *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*¹⁶ (excluindo as revistas que circulam semanalmente com os mesmos) –, num total de 5040 peças. Da extensa grelha de análise de conteúdo¹⁷, verificámos especificamente as categorias relacionadas com as fontes de informação (voz pública, voz local, quantidade de vozes, identificação das vozes). Para uma melhor contextualização recorreremos pontualmente a outras variáveis, principalmente às seis grandes categorias temáticas em que estão divididas as peças:

1. Risco Social: ocorrências e problemáticas em que a vida da criança ou o seu bem-estar e desenvolvimento físico, psíquico e emocional são colocados em risco.
2. Saúde, Assistência, População: doenças, infra-estruturas, redes de saúde e assistência e programas de acção, além de questões demográficas;
3. Comportamentos, Culturas e Consumos: actividades, produtos, produções, comportamentos, interesses e competências de crianças, protagonismo.
4. Educação: iniciativas e situações na qualidade de aluno, dentro e fora da sala; políticas de educação, redes e infra-estruturas, currículos, avaliação;
5. Prevenção e Segurança: acidentes, políticas, regulações, medidas ou campanhas.
6. Insólitos e *Faits-Divers*: nascimentos e ocorrências bizarras, filhos de pessoas famosas/mediáticas, campanhas de solidariedade protagonizadas por figuras públicas.

¹⁶ Segundo dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação divulgados pelo Instituto da Comunicação Social, o *Correio da Manhã* (CM) foi o jornal mais vendido em Portugal em 2005, com uma média de 118 254 exemplares em circulação (vendas + assinaturas + ofertas). De orientação popular, o CM foi fundado em 1979 e rivaliza com o *Jornal de Notícias*, fundado em 1888, que aparece em segundo lugar, com 98 637, exemplares vendidos. Considerados jornais de referência, o *Público*, fundado em 1990, está em quarto lugar, com 50 701, e o tradicional *Diário de Notícias*, de 1864, aparece em quinto, com circulação média de 37 909. Estes quatro jornais compõem o nosso *corpus* e possibilitam uma análise comparada bastante representativa da imprensa nacional portuguesa. O terceiro jornal mais vendido em Portugal era então o *24 Horas*, que não foi incluído nesta investigação. De orientação popular e sensacionalista, teve circulação média de 51 181 exemplares em 2005.

¹⁷ A grelha inclui trinta e sete variáveis para análise individual das peças, dentre elas extensão, valorização gráfica, género jornalístico, assinatura, localização, etc.

A partir das informações organizadas na base de dados no programa informático Statistical Package for Social Sciences (SPSS), procuramos responder às seguintes perguntas: Que fontes são ouvidas ou silenciadas? As fontes accionadas contribuem para uma melhor compreensão das causas e consequências das problemáticas infanto-juvenis? Há diversidade de percepção sobre questões como educação, maus tratos, delinquência juvenil, consumo? A maneira como os jornalistas recorrem às fontes de informação – incluindo crianças e adolescentes – promove o debate público ou o tratamento individualizado das problemáticas da infância?

AS FONTES

O que aparece nas notícias é o resultado de um processo de negociação entre os jornalistas e as fontes. Segundo Santos (2006: 10), a fonte é “a entidade (instituição, organização, grupo ou indivíduo, seu porta-voz ou representante) que presta informações ou fornece dados ao jornalista, planeia acções ou descreve factos, ao avisar o jornalista da ocorrência de realizações ou relatar pormenores de um acontecimento” (Santos, 2006: 10).

Como afirma Fontcuberta (1993: 57), na maior parte dos casos os jornalistas não são testemunhas directas dos factos que noticiam. Por isso precisam conseguir dados primordiais ou complementares com indivíduos ou pessoas representantes de instituições que tenham visto, ouvido ou que tenham documentos sobre determinado facto. Mesmo quando presenciam o acontecimento, os repórteres precisam de fontes para proporcionar um ponto de vista distinto e complementar informações.

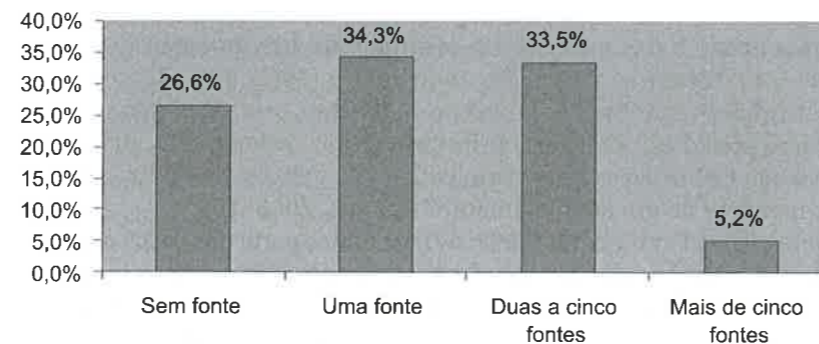
As informações tanto podem ser procuradas pelos *media* através dos seus contactos como podem ser recebidas por aqueles a partir da iniciativa de vários sectores interessados. E nesse sentido podemos afirmar que jornalistas e fontes de uma determinada área são co-responsáveis pela cobertura noticiosa da temática em questão. São os jornalistas que seleccionam a informação, definem o enquadramento e o destaque a ser dado dentro de um contexto fortemente influenciado por normas profissionais, sociais e culturais. Mas as fontes também detêm e exercem um enorme poder de interferência sobre os processos jornalísticos. Segundo Chaparro (2004), esse poder é exercido não somente por meio dos *press releases* ou da convocação de conferências de imprensa, mas principalmente pela capacidade de gerar e alimentar conflitos recheados de ingredientes jornalísticos.

Tendo por base essas ideias queremos perceber de que modo os jornalistas promovem o debate mediático sobre a infância a partir do contacto com as fontes de informação. A nossa proposta é analisar se este discurso noticioso ajuda ou não a esclarecer os direitos de crianças e adolescentes, construindo uma identidade destes como sujeitos de direitos.

VOZES SILENCIADAS

Como afirma Santos (2006: 49), a necessidade de rapidez num jornal diário dificulta a reflexão profunda sobre qualquer tema. As notícias, na maioria das vezes, vão pouco além do acontecimento em si, são baseadas em textos de agência noticiosa ou de comunicados recebidos, usam citações somente dos mais directamente envolvidos ou de fontes com autoridade, sem procurar opiniões de pessoas consideradas especialistas na área ou posições diversificadas.

Gráfico 1 – Número de fontes



Fonte: Projecto Crianças e Jovens em Notícia, Marôpo (2007).

A cobertura jornalística sobre as temáticas da infância não foge a essas limitações. Em todo o *corpus* analisado, mais de três em cada cinco peças (60,9%) apresenta nenhuma ou somente uma fonte de informação. Ou seja, há uma escassez de contraste de informações e de pontos de vista. Os políticos – representantes do Estado (figuras e porta-vozes do governo e instâncias governamentais), políticos nacionais e internacionais dos mais variados partidos, presidente da República, Parlamento (deputados) e representantes do poder local (presidente de junta de freguesia; presidente da câmara; vereador municipal, etc.) – são as fontes mais ouvidas, com presença em 21,2% do total de itens. Em segundo lugar encontramos as forças de segurança (14,9%) e logo depois a família (12,8%). A seguir, especialistas (9%), crianças e jovens (8,8%), organizações da sociedade civil (7,9%), *media* (7,4%), vozes da escola (7%) – professores, directores de conselho executivo, psicólogos escolares e outros agentes educativos – e Justiça (6,7%).

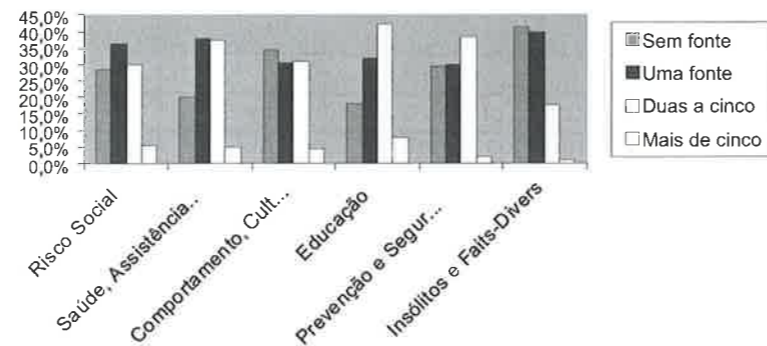
Tabela 1 – Comportamentos, culturas e consumos:
Análise de Crianças e Jovens em Notícias

Fontes	Porcentagem
Políticos	21,3%
Segurança	14,9%
Família	12,8%
Especialistas	9%
Crianças e jovens	8,8%
Organizações Sociedade Civil	7,9%
Media	7,4%
Vozes escola	7%
Justiça	6,7%
ONG infância	6%
Prof. de saúde/assistentes sociais (locais)	5,2%
Vizinhos e comunidade	4,7%
OG Internacionais	3,9%
OG Infância	3,1%
Associação de estudantes	0,2%
Outras vozes	15,6%

Fonte: Projecto Crianças e Jovens em Notícia, Marôpo (2007).

Todos os temas analisados apresentam um elevado percentual de peças com nenhuma ou somente uma fonte, mas nos *Insólitos e Faits-Divers*, temática considerada menos importante no jornalismo, o percentual destas chega a 81,1%, com 41,2% das peças com nenhuma fonte. Na outra ponta, na Educação, um assunto nobre entre as notícias que abordam a infância e a adolescência (Abrantes, Ponte e Afonso, 2006: 01), esse dado diminui para 49,9%. Chamamos a atenção para o elevado percentual de peças com nenhuma ou apenas uma fonte nos temas Comportamentos, Culturas e Consumos (64,6%) e Risco Social (64,8%).

Gráfico 2 – Número de Fontes por Tema



Fonte: Projecto Crianças e Jovens em Notícia, Marôpo (2007).

Dados da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) referentes à cobertura dos 50 maiores jornais brasileiros sobre crianças e adolescentes, em 2004, apontam para uma média de 1,18 fontes por notícia, indicando que cada texto é baseado em praticamente uma única voz, à semelhança do que acontece em Portugal. A organização, que pretende promover uma cobertura jornalística em sintonia com os direitos infantis, avalia que ao consultar um conjunto limitado de fontes, os profissionais dos *media* colocam em risco a qualidade e a credibilidade da informação. Segundo a agência, a pequena diversidade de pontos de vista afecta o debate democrático e reduz o horizonte temático, prejudicando o entendimento dos factos centrais da realidade quotidiana (ANDI, 2005: 48).

Por outro lado, que temas mereceram uma maior pluralidade de fontes no nosso *corpus* de 2005? Somente 5,2% das peças apresentam uma quantidade elevada de vozes – mais de cinco. São em geral peças extensas, com mais de dez parágrafos. De entre os temas analisados, a Educação é o que tem mais peças nesta categoria (7,8%). Risco Social (5,4%), Saúde, Assistência e População (4,8%) e Comportamento, Culturas e Consumos (4,4%) apresentam valores aproximados. Prevenção e Segurança (2%), um tema que merece debate sob a perspectiva dos direitos, aparece apenas com percentual residual de peças com muitas fontes, aproximando-se dos Insólitos e *Faits-Divers* (1%).

Acreditamos que um maior número de fontes utilizadas reflecte o prestígio de uma determinada problemática para o jornalismo e para a sociedade em geral e uma certa mobilização das fontes para dialogar com os profissionais dos *media*. Além disso, o uso mais diversificado de fontes de informação pelos jornalistas reflecte o conhecimento da área que estão cobrindo. Estas considerações explicam a maior quantidade de fontes do tema Educação, como analisaremos à frente.

JORNAIS DE REFERÊNCIA VERSUS JORNAIS POPULARES

Segundo Borrat (cit. em Fontcuberta, 1993: 58), quanto maior a quantidade, a qualidade e a diversidade das informações que comunica e das fontes que cita, maior será a credibilidade de um jornal e, portanto, a sua influência. Neste sentido, os jornais considerados de referência deveriam apresentar um maior número de vozes, representantes de diversos sectores sociais, em comparação aos periódicos considerados populares.

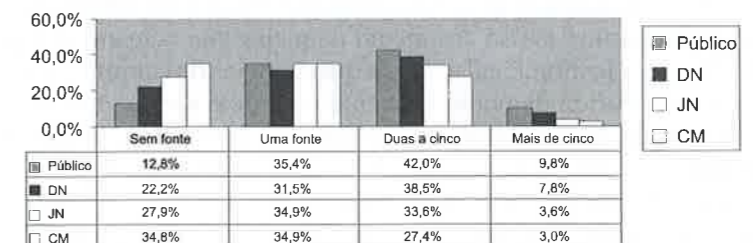
Sabemos que uma divisão rígida entre jornais de referência e populares não corresponde à realidade dos periódicos, na maioria das vezes híbridos que misturam características das duas classificações. No entanto, consideramos estes conceitos como “tipos ideais” e analisamos os quatro diários do nosso *corpus* em função da sua maior ou menor proximidade ou distanciamento em relação a esses tipos ideais.

Os periódicos de referência, segundo López (1995: 23), centrariam os seus conteúdos eminentemente sobre o âmbito político, sendo dirigidos às elites políticas, económicas e sociais, tentando influenciar os líderes de opinião. Trabalham prioritariamente com fontes institucionais, possuem linguagem elaborada e uma apresentação gráfica discreta, sem abusos de grandes títulos. Por outro lado, os periódicos populares dirigem-se a diversas classes sociais, pouco exigentes e que procuram divertimento informativo. Com linguagem coloquial, sem vocabulários técnicos e com textos mais curtos, relegam para segundo plano a política, a economia e o noticiário internacional, destacando mais as secções de sociedade, espectáculos e desporto, onde se privilegia as chamadas notícias de interesse humano.

Classificamos os quatro periódicos do nosso *corpus* numa linha que começa com o *Público*, segue com o *Diário de Notícias*, depois o *Jornal de Notícias* e por último o *Correio de Manhã*, sendo o *Público* o que mais se aproxima do tipo ideal de referência, seguido pelo DN. O CM é o que mais se assemelha com o jornalismo popular. O JN é também classificado como popular, mas verifica-se uma maior proximidade com o modelo de referência.

A partir desta análise, identificamos uma percentagem mais elevada de peças com uma ou nenhuma fonte nos diários populares. O *Público*, por sua vez, é o único que tem mais da metade das peças com duas fontes ou mais (51,8%) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Número de Fontes por Jornal

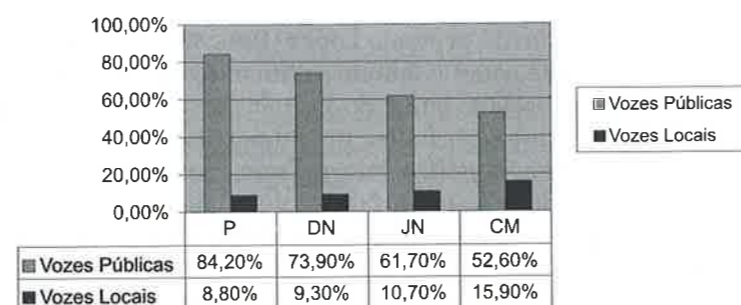


Fonte: Projecto Crianças e Jovens em Notícia, Marôpo (2007).

Identificamos nos jornais de referência um percentual mais elevado de peças com muitas fontes (mais de cinco). No *Público*, esse dado chega a 9,8% e no DN a 7,8%, enquanto no JN fica em 3,6% e no CM não ultrapassa 3,0%.

Além da maior expressão quantitativa das fontes de informação, os jornais de referência privilegiam mais fortemente fontes de domínio público, que são citadas em 84,2% das peças do *Público* e 73,9% do DN, enquanto no *Jornal de Notícias* esse dado fica em 61,7% e no *Correio da Manhã* em 52,6%. Considera-se vozes de domínio público, instituições, organizações ou especialistas, nacionais ou internacionais. São classificadas como vozes locais pessoas ouvidas no contexto de situações locais.

Gráfico 4 – Vozes Públicas e Vozes Locais por Jornal



Fonte: Projecto *Crianças e Jovens em Notícia*, Marôpo (2007).

Como afirma Amaral (2002: 04), “os jornais conhecidos como de referência utilizam preferencialmente fontes detentoras de um lugar institucional construído e legitimado historicamente. Os indivíduos que falam no jornal são autorizados pela sociedade e têm a função de proferir um discurso sobre o estado do mundo”. Nesse sentido, *Público* e DN ouvem mais vozes políticas – 27,2% e 24,4%, respectivamente – do que o JN (20,8%) e o CM (12,6%). No total dos quatro jornais, estas vozes são as mais frequentes na cobertura sobre a infância e a juventude, sendo citadas em 21,3% do total de peças. A grande procura pelas fontes oficiais, para Amaral (2002), passa pelos conceitos de representatividade e credibilidade, já que estas fontes representam instituições de poder e exercem também um certo controlo e responsabilidade. Hall chama a atenção para o maior acesso aos *media* daqueles que ocupam posições privilegiadas de poder institucional e afirma que os meios de comunicação tendem a reproduzir a estrutura de poder existente na ordem social. A partir do conceito de hierarquia de credibilidade, definido por Becker, afirma que os poderosos ou com *status* elevado serão definidores primários das notícias, ou seja, terão as suas definições aceites sobre tópicos controversos porque são percebidos como detentores de informações mais correctas e especializadas do que a maioria da população (cit. em Manning, 2001: 14).

Nesse sentido, os especialistas (das áreas da saúde, direito e educação, além de psicólogos, sociólogos e outros) são fontes bastante procuradas, especialmente pelos diários de referência, já estão presentes em 11,8% dos itens do *Público*, em 14% do DN e somente em 6,6% do JN e 5,6% do CM. Fontes da Justiça também são mais citadas pelo *Público* (8,3%) e DN (7,4%) do que pelo CM (6,0%) e JN (4,2%), assim como os *media*. Como afirma Reis (2007: 85), a notícia dada por um determinado jornal ou canal de TV tende a ser transmitida também por outros meios. Não podemos afirmar que isso acontece com mais frequência¹⁸ nos diários de referência, mas os dados demonstram que estes identificam mais vezes os *media* como fontes (incluindo agências de notícias) – *Público* (14,4%) e DN (8,1%) – do que os populares, especialmente o *Correio da Manhã* (3,0%). No JN, os *media* são citados em 7,8% dos textos opinativos. Outras fontes de domínio público (que analisaremos detalhadamente mais à frente) também têm maior presença nos jornais de referência, como organizações governamentais da área da infância, organizações da sociedade civil (não ligadas directamente à infância) e organizações internacionais da infância. São excepção as organizações não governamentais da infância, com maior presença no *Jornal de Notícias*.

Já as vozes locais, como família e vizinhos, estão mais presentes no CM. As famílias de crianças e adolescentes – incluindo pais, pais adoptivos e outros parentes – são citadas em 15,9% das peças do *Correio da Manhã*¹⁹. JN e DN apresentam dados aproximados, respectivamente 10,7% e 9,3%, enquanto no *Público* esse dado é de 8,8%. O CM também é o jornal que mais ouve vizinhos e outras pessoas da comunidade, com presença em 6% dos itens noticiosos. No JN esse dado chega a 4,3%, enquanto no DN não ultrapassa 2% e no *Público* 3,4%. Por se destinar a segmentos mais populares, o CM privilegia o mundo doméstico e as suas personagens, que falam a partir das suas experiências individuais.

Se por um lado a maior participação de fontes locais representa o acesso ao noticiário de segmentos geralmente excluídos, por outro pode também contribuir para uma extrema personificação dos problemas sociais, inibindo o debate político. É o que acontece em notícias que discutem somente reivindicações particulares, como dramas individuais de crianças abandonadas, maltratadas ou com doenças raras, sem que o debate seja ampliado sob o ponto de vista dos direitos. Como afirma Amaral (2002: 15), não se trata de deslegitimar a participação do cidadão comum como fonte jornalística, mas perceber que para terem representatividade social as notícias deveriam remeter o interesse particular manifestado pelo leitor a um contexto mais amplo.

¹⁸ Percebemos que muitas vezes os jornais não identificam os *media* de onde obtiveram informações.

¹⁹ O *Correio da Manhã* é o único jornal dos quatro analisados em que a presença das fontes familiares (15,9%) supera as fontes políticas (12,6%).

ESCASSA VISIBILIDADE DE INSTITUIÇÕES LIGADAS À INFÂNCIA

Segundo Manning (2001: 137), o grau de sucesso de organizações além do governo em apresentar as suas interpretações e análises no domínio público, através dos *media* noticiosos, é tanto um indicador da saúde do processo democrático como um guia importante sobre a distribuição de poder na sociedade. A saúde e a vitalidade da esfera pública depende do sucesso de uma gama de diferentes grupos políticos e organizações em submeter os seus argumentos aos *media* noticiosos.

Em relação à infância na comunicação social portuguesa, percebemos uma presença ainda discreta de organizações da sociedade civil especializadas na temática, que poderiam promover e ampliar o debate sob o ponto de vista dos direitos infanto-juvenis. Estas são ouvidas em 6% do total de peças, com percentual aproximado no DN (5,7%) e *Público* (5,5%) e ligeiramente inferior no *Correio da Manhã* (4,5%). O *Jornal de Notícias* apresenta percentual mais elevado (7,1%), por publicar a secção “Colectividades de Portugal”, onde divulga o trabalho de associações da sociedade civil.

Se é verdade que a cobertura jornalística privilegia interpretações dos poderosos porque a hierarquia de credibilidade dos jornalistas reflecte as estruturas de poder na sociedade, em diversas temáticas e situações, fontes não oficiais conseguem articular capital simbólico e argumentos técnicos que aumentam o seu poder de influência sobre os *media* (Manning, 2001: 138).

Em Portugal, Rosa (2006) cita o caso da Associação Nacional de Conservação da Natureza (Quercus), identificada como uma fonte noticiosa não-oficial, mas dotada de poder negocial, que participa activamente no debate sobre a sua área de intervenção, criticando políticas oficiais, questionando peritos institucionais e promovendo pesquisa de *motu proprio*. “Rara é a notícia sobre ambiente que não contém uma posição de uma organização não-governamental – maioritariamente da Quercus. Muitas notícias, inclusivamente, parecem nascer da inspiração da própria associação que, aparentemente, se mostra capaz de penetrar na agenda e de ganhar um protagonismo amplamente superior ao de outros parceiros cívicos noutros campos do jornalismo” (Rosa, 2006: 11).

Na área da infância, por exemplo, não encontramos o mesmo investimento da sociedade civil organizada para se fazer ouvir como voz credenciada que tenta impor as suas formas de ler o mundo. Com excepção das organizações que actuam na área da educação – como a Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap), associações locais de pais e outras –, as demais entidades são citadas apenas de maneira pontual, com destaque para a Associação de Promoção da Segurança Infantil, Instituto de Apoio à Criança e Refúgio Aboim Ascensão, ouvidos respectivamente 18, 13 e 12 vezes durante o ano de 2005. Apesar de se fazerem ouvir sobre temas específicos como segurança infantil, crianças sobredotadas ou poder paternal, as ONG, de uma maneira geral, não conseguem impor uma agenda que torne clara a causa dos direitos da infância, a exemplo do movimento ambientalista.

Tabela 2 – ONG Citadas

ONG infância	Frequência
Confap	87
Associações de Pais	45
Ligados à Educação	29
ONG estrangeiras	25
Ass. de Prom. da Segurança Infantil	18
Instituto de Apoio à Criança	13
Refúgio Aboim Ascensão	12
Casa do Gaiato	9
Assoc. pais divorciados	7
CNASTI	7
Moinho da Juventude	6
Fundações de apoio às crianças	5
Fundação do Gil	4
Assoc. ligadas à sobredotação	4
Aldeia SOS crianças	3
Outros	50
Total	324

Fonte: Projecto Crianças e Jovens em Notícia, Marôpo (2007).

Seja pelo escasso orçamento, pelos limitados recursos humanos ou pela dificuldade de trabalhar com voluntários (Hildegartner e Bosk cit. em Rosa, 2006: 43), as ONG que trabalham com a infância não conseguem promover uma gestão do tratamento noticioso que lhes permita actuar como definidores primários, apresentando novos temas para o debate público, num reconhecimento do valor da comunicação enquanto agente amplificador de suas posições. Outras organizações da sociedade civil com actuação em diversas áreas – como a Federação Nacional dos Professores, Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, associações comunitárias, sindicatos profissionais, etc. – têm presença mais forte no noticiário, sendo ouvidas em 7,9% das peças, e, embora contribuam para contextualizar e ampliar o debate, estão menos focadas para a discussão a partir do ponto de vista dos direitos da criança.

Por outro lado, como já afirmámos anteriormente, embora as forças políticas sejam as fontes mais ouvidas, com presença forte de representantes do governo (especialmente do Ministério da Educação), os órgãos governamentais ligados directamente à infância têm escassa presença nos quatro jornais analisados, com citação em 3,1% do total de peças. Aqui destacam-se principalmente as Comissões locais e nacionais de protecção de crianças e jovens em risco.

Tabela 3 – Organizações Governamentais Citadas

OG infância	Frequência
CNPCJR	54
CLPCJR	63
Com. de Acomp. Lei de Adopção	14
Casa Pia	20
Com. Nac. Saúde Criança e Adol.	7
Outros	14

Fonte: Projecto Crianças e Jovens em Notícia, Marôpo (2007).

Nesse sentido, alertamos para a necessidade de um maior fortalecimento da comunidade de operadores pela infância. O conceito, segundo Neveu (1999: 52), designa a presença, em mundos sociais muito variados, de pessoas ou de papéis cuja actividade se orienta segundo um mesmo tipo de problema. Por exemplo, médicos, jornalistas especializados em saúde, associações de doentes, sociólogos especializados em questões de saúde e altos funcionários do Ministério da Saúde. Ou seja, operadores de diversas arenas institucionais estão conectados e constituem redes. Quanto mais largas e mais activas são estas redes, maior tende a ser a cobertura dos *media* sobre os temas em questão.

CRIANÇAS PARA COLORIR

Se estamos a discutir em que medida os *media* respeitam e promovem os direitos de crianças e adolescentes, e estes têm garantido em convenção internacional o direito à liberdade de expressão²⁰, devemos observar como são ouvidos na cobertura jornalística das temáticas que lhes dizem respeito. “É fundamental que a perspectiva daqueles que são o público-alvo das acções e políticas discutidas nas reportagens seja contemplada”, afirma a ANDI (2005: 15).

O *Público* e o *Jornal de Notícias* são os que têm maior quantidade de itens com a voz de crianças e jovens (10,5% e 10,3%, respectivamente), seguidos de perto pelo DN (9,2%). O *Correio da Manhã* apresenta um percentual mais baixo, com 6,6%. No geral, meninos e meninas estão presentes em 8,8% das peças consultadas, percentual bastante expressivo, que os coloca na quinta posição entre as vozes mais ouvidas²¹, aproximando-os dos especialistas (9%).

O problema é que crianças e jovens são ouvidos principalmente no campo das situações e problemas individuais. Como afirma a ANDI (2003: 41-42) em relação à realidade brasileira, “raramente são ouvidos sobre questões colectivas. É como se a possibilidade de análise estivesse ao largo da capacidade de reflexão de crianças e jovens.”

²⁰ O Artigo 13.º da Convenção sobre os Direitos da Criança afirma: “A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança.”

²¹ Se excluirmos “outras vozes”, com 15,6%.

Ou seja, poucas vezes meninos e meninas são consultados como uma fonte em igualdade de condições e tratamento em relação a outras fontes. São vozes utilizadas para ilustrar, com informações “curiosas” e “simpáticas” ou para “colorir” o texto (Muleiro, 2006: 80). Neste sentido, a ANDI (2003: 42) afirma que os *media* ainda têm muito a aprender sobre como incluir esses actores num debate que, prioritariamente, lhes interessa. No tema Educação, por exemplo, onde estão presentes em 14,5% das peças, são ouvidos sobre os exames ou sobre as suas experiências pessoais de aprendizagem, mas raramente são chamados a opinar sobre políticas de educação e nesse sentido as associações de estudantes aparecem somente em 0,2% dos itens analisados.

Crianças e jovens falam nos periódicos portugueses principalmente sobre Comportamento, Culturas e Consumos (20,5%), no entanto têm presença pouco significativa nas peças sobre Risco Social (4,4%), Saúde, Assistência e População (4%) e Prevenção e Segurança (4,2%).

PREPONDERÂNCIA ABSOLUTA DOS ESPECIALISTAS EM SAÚDE

Detentores de um conhecimento específico sobre uma área de saber, os especialistas têm uma relação com os jornalistas que assenta numa base científica (Santos, 2006: 81). São fontes com credibilidade, percebidas como *experts* desinteressados e objectivos (Hall, cit. em Manning, 2001: 15). Especialistas da saúde, direito, educação, psicólogos, sociólogos e outros estão presentes em 9% das peças dos quatro jornais, sendo o quarto grupo de fontes mais ouvidas, depois dos políticos (21,2%), segurança (14,9%) e família (12,8%).

Como já afirmámos anteriormente, os especialistas são mais ouvidos pelo *Público* (11,8%) e DN (14%) do que pelo JN (6,6%) e CM (5,6%). Estes dados confirmam a tendência dos periódicos de referência de procurar uma maior contextualização dos temas abordados.

Para a ANDI, que identificou a presença dos especialistas em 13,4% das peças dos 50 maiores jornais brasileiros em 2002, os especialistas viraram uma espécie de salvo-conduto para o repórter, sendo o contraponto mais comum à voz oficial, especialmente no noticiário sobre saúde. A agência também identifica os temas Comportamento e Entretenimento como uma área de concentração dos especialistas.

Encontramos um cenário semelhante em Portugal, onde predominam largamente os especialistas em saúde, geralmente pediatras (13,8%), e em segundo lugar os psicólogos (5,5%), com presença maior nos itens classificados como Comportamento, Culturas e Consumos. Os dois temas mais frequentes no nosso *corpus*, Risco Social e Educação²² apresentam um percentual inexpressivo de especialistas. Nesse sentido, especialistas em Educação (1,6%) e Direito (2,6%) raramente são fontes de informação.

²² Para Abrantes, Ponte e Afonso (2006: 05) é surpreendente que as peças sobre educação, sendo mais longas, detalhadas e baseadas num número maior de fontes, recorram menos aos “especialistas”, com um percentual de 7,9%, menor inclusive do que no total das peças que se referem à infância e à adolescência, com 9%.

Pediatras e psicólogos contribuem para uma preponderância da criança singular, em detrimento de análises sob o ponto de vista colectivo. Sociólogos, que poderiam contribuir para uma análise mais ampla das questões da infância e para uma politização do debate, têm presença pouco significativa no noticiário (2,8%).

SÓ A EDUCAÇÃO GERA UM DEBATE PÚBLICO MAIS CONSISTENTE

Podemos afirmar que a educação (segundo tema mais frequente no *corpus* analisado, com 23,5% dos itens) é a única questão relacionada com a infância que gera um debate público consistente e regular nos jornais analisados²³. O tema tem em média peças mais longas, maior frequência de géneros detalhados, como a reportagem, e mais destaques em primeira página. Além disso, é também a temática em que mais peças são assinadas, geralmente por um grupo restrito de jornalistas, o que evidencia um certo grau de especialização (Abrantes, Ponte & Afonso, 2007: 2-3).

Nesse sentido, também apresenta uma maior quantidade e pluralidade de vozes. O que comprova a nossa hipótese inicial de que o melhor conhecimento dos jornalistas sobre a área que estão cobrindo promove a selecção de fontes de diferentes sectores ligados à questão. Apesar de o governo ser o actor principal, aqui podemos apontar a presença significativa e acima da média dos outros temas de actores como organizações ligadas à infância, especialmente a Confap e associações locais de pais, presença em 5,3% e 3% das peças, e de outras entidades da sociedade civil, como sindicatos e associações de professores. Também ressaltamos uma significativa participação de crianças e jovens, citadas em 14% dos itens sobre Educação, só superado pelas peças de Comportamento, Culturas e Consumos, com 20,5%.

Para Abrantes, Ponte e Afonso (2006: 13), os jornais funcionam como referências centrais do “espaço público” e tendem a constituir, para essas forças em disputa, um meio de acumular e negociar capitais simbólicos. Se podemos afirmar isso em relação à educação²⁴, as demais temáticas analisadas ainda carecem de um debate público regular, pluralista e consistente através dos *media*.

Podemos identificar somente alguns casos mediáticos pontuais que suscitaram a publicação de textos com grande quantidade (mais de cinco) e variedade

²³ A educação só é tema secundário no *Correio da Manhã*, jornal que assume uma vertente mais popular, e nas revistas dos vários jornais (que se apresentam para uma leitura mais leve), sendo tema central nos três jornais de linguagem mais sofisticada e destinados a um público mais favorecido e escolarizado (Abrantes, Ponte e Afonso, 2007: 01).

²⁴ Abrantes, Ponte e Afonso (2007: 13) ressaltam a pouca variedade dos actores sociais com acesso ao espaço mediático, afirmando que a participação de organizações não-governamentais ou de especialistas reconhecidos no campo é minoritária em relação a outras sociedades avançadas e que os jornais desvalorizam as experiências dos próprios intervenientes principais (professores e alunos). Os autores, no entanto, reconhecem que o tema é colocado pelos jornais – mais do que qualquer outro tema associado à infância – no centro do “debate público”.

de fontes: o perigo de meningite a partir do caso de uma menina morta pela doença, a segurança no transporte escolar suscitado pelo debate sobre uma nova lei, o problema da institucionalização de crianças devido à dificuldade de adopção e as consequências da exclusão social a partir dos distúrbios em França, este último especialmente nos jornais de referência. Estes foram alguns exemplos de questões que conseguiram promover através dos *media* a troca de ideias e informações sobre as quais o diálogo político precisa ser baseado (Manning, 2001: 24).

Tabela 4 – Risco Social: número de fontes em peça, por jornal

N.º de fontes	N VE % Linha % Coluna	Jornal				Totais
		Público	Diário de Notícias	Jornal de Notícias	Correio da Manhã	
Sem fontes	46	54	172	308	580	
	107,4	76,3	139,6	256,7	580,0	
	7,9%	9,3%	29,7%	53,1%	100,0%	
	12,2%	20,1%	35,1%	34,2%	28,5%	
Fonte única	140	84	181	334	739	
	136,8	97,3	177,9	327,0	739	
	18,9%	11,4%	24,5%	45,2%	100,0%	
	37,1%	31,3%	36,9%	37,1%	36,3%	
2 a 5 fontes	145	108	121	233	607	
	112,4	79,9	146,1	268,6	607	
	23,9%	17,8%	19,9%	38,4%	100,0%	
	38,5%	40,3%	24,7%	25,9%	29,8%	
6 a 10 fontes	31	17	11	22	81	
	15,0	10,7	19,5	35,8	81,0	
	38,3%	21,0%	13,6%	27,2%	100,0%	
	8,2%	6,3%	2,2%	2,4%	4,0%	
Mais do que 10 fontes	15	5	5	4	29	
	5,4	3,8	7,0	12,8	29	
	51,7%	17,2%	17,2%	13,8%	100,0%	
	4,0%	1,9%	1,0%	0,4%	1,4%	
Totais	377	268	490	901	2036	
	18,5%	13,2%	24,1%	44,3%	100,0%	
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Projecto Crianças e Jovens em Notícia, Marçpo (2007).

Mas a análise geral dos temas faz-nos concluir que estes casos não são frequentes. No Risco Social, temática mais frequente no nosso *corpus* de análise (39,4%), por exemplo, o percentual de peças com nenhuma ou apenas uma fonte chega a 64,8%, bastante acima dos textos sobre Educação, onde esse dado fica em 49,8%. Predominam nos jornais populares os itens sem vozes – JN (35,1%) e CM (34,2%) –, enquanto no *Público* esse dado fica em 12,2% e no DN em 20,1%. Os quatro jornais apresentam percentuais muito semelhantes em relação à fonte única: PB e CM (37,1%), JN (36,9%) e DN (31,3%). Como avalia Carvalho (2007), neste campo particular do Risco Social não existem diferenças de orientação entre os jornais²⁵. Em todos encontramos uma grande quantidade de peças curtas que relatam de forma breve os acontecimentos, especialmente os relacionados com violência sexual (em geral, a prisão ou julgamento de alegados abusadores sexuais) ou delinquência (em grande parte assaltos ou outros actos violentos cometidos por jovens). Nestes dois subtemas, os mais frequentes, predominam de forma absoluta as peças com nenhuma ou somente uma fonte, com 68,1% e 75,7%, respectivamente. As forças de segurança são as vozes mais ouvidas, presentes em 24,1% do total de itens sobre Risco Social. O segundo grupo de fontes mais ouvidas, o Estado, fica em 13,2% e os especialistas – que poderiam auxiliar para uma melhor contextualização do fenómeno da violência envolvendo crianças como vítimas ou autores – são citados em 5,7% do total de peças do tema, percentual bem abaixo da média geral de 9%.

Segundo Muleiro (2006: 81), geralmente os relatos sobre infracções às leis penais são feitos exclusivamente a partir do discurso de uma fonte, a polícia ou agentes do poder judiciário, mas nunca contrastadas com a voz do acusado, dos seus representantes, da sua família, da sua comunidade ou dos seus acusadores. O autor refere-se ao jornalismo na América Latina e Caribe, mas constatamos situação idêntica em Portugal.

Num estudo que analisou 1140 matérias publicadas nos principais jornais do Brasil (entre Julho de 2000 e Junho de 2001)²⁶, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) verificou uma supremacia das fontes policiais (à semelhança de Portugal) e concluiu que os *media* brasileiros ferem o direito do leitor a uma informação propositiva e de qualidade sobre a violência que envolve crianças e adolescentes. A partir dessa análise, a agência construiu, em parceria com jornalistas, um conjunto de recomendações para melhorar a cobertura jornalística sobre o tema no Brasil, que também são úteis para a realidade portuguesa:

²⁵ Por outro lado, a autora afirma que os jornais ditos de referência salientam-se no Risco Social mais significativamente nas duas-cinco fontes e nas seis-dez fontes, ao contrário dos populares, que têm uma menor representatividade dessas categorias, ainda que percentualmente significativa. Na modalidade mais de dez fontes, ressalta, apenas o *Público* apresenta um valor percentual nitidamente superior, acima da soma dos outros três jornais.

²⁶ O estudo resultou na publicação “Balas Perdidas: um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência”, disponível em www.andi.org.br

1. Narrar os factos a partir da contextualização das trajectórias e histórias de vida das vítimas e dos agressores.
2. Ouvir mais os diversos sectores da sociedade civil.
3. Responsabilizar e cobrar acções do poder público.
4. Discutir regularmente sobre violência e não só nos momentos de crise.
5. Procurar dados, legislação e referências bibliográficas para enriquecer o debate.
6. Não utilizar o termo “menor”, que reforça o estigma da marginalidade sobre os adolescentes mais pobres.

O subtema abandono e maus tratos, o terceiro mais frequente na temática Risco Social, é o que se aproxima mais dessas recomendações da ANDI e apresenta um maior número de vozes consultadas. Com um total de 42,7% de itens com duas ou mais fontes – enquanto nas peças sobre violência sexual esse dado representa 31,9% e nas sobre delinquência não ultrapassa 24,3% –, apresenta com mais frequência a voz de especialistas, das Comissões locais e nacional de protecção de crianças e jovens em risco, de associações da sociedade civil e outros actores que por meio dos seus pontos de vista diferenciados e por vezes conflituantes ajudam a enriquecer o debate sobre os direitos infanto-juvenis.

No entanto, apesar de reconhecemos um debate mais rico sob o ponto de vista dos direitos infanto-juvenis sobre abandono e maus tratos em relação à violência sexual e delinquência, afirmamos que os *media* muitas vezes desrespeitam esses mesmos direitos quando não resguardam a identidade das vítimas ou quando enquadram a questão de forma sensacionalista.

CONCLUSÕES

Como afirma Manning (2001: 4), uma democracia saudável existe quando uma variedade de grupos organizados consegue fazer circular interpretações diversas e críticas sobre tópicos e “eventos noticiosos” através dos *media*. Transpondo a afirmação para o nosso tema de análise, o debate pluralista sobre os direitos infanto-juvenis só será garantido quando os mais diversos sectores que lidam directa ou indirectamente com a questão conseguirem influenciar a construção da agenda mediática. Os *media* podem servir como um canal útil de *lobby* junto do governo (Manning, 2001: 137), auxiliando na luta por atenção pública e por recursos de subsistência. Diversos movimentos sociais (como o ambientalista, por exemplo) já perceberam que a gestão do tratamento noticioso é fundamental para legitimar as suas reivindicações e estimular os governos a levarem em consideração as suas agendas políticas.

Em relação à infância, no entanto, salvo algumas temáticas específicas, ainda não há um reconhecimento por parte das fontes de informação do valor da comunicação enquanto instrumento amplificador das posições do grupo. A nítida preponderância de fontes oficiais – políticas e de segurança – no *corpus* analisado demonstra isso.

Por outro lado, a concentração de fontes no poder público é resultado da produtividade que estes oferecem aos jornalistas (facilidade de acesso, informação autorizada, oferta de informações através de *press releases*, etc.), mas também da falta de domínio e conhecimento dos profissionais dos *media* sobre os temas e actores sociais da área da infância, o que lhes dificulta a identificação de fontes outras que não só aquelas já inseridas nas rotinas das redacções (Guerra, 2004: 04). A maior pluralidade de fontes no tema educação, que possui jornalistas especializados, comprova isso.

Diante desse mútuo distanciamento entre jornalistas e actores sociais da área da infância, qual o caminho para que o debate mediático sobre as temáticas infanto-juvenis promova os direitos dessa parcela da população? Acreditamos que a capacitação, tanto das fontes de informação para lidar com os *media* como dos jornalistas para melhor compreender a área da infância, seria um indispensável passo inicial.

BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, P., Ponte, C., e Afonso, B (2006). *No voice, just noise. The pupils on Portuguese and Spanish media*. Comunicação à Conferência Childhood and Youth: Choice and Participation, Universidade de Sheffield, Reino Unido.
- Amaral, M. F. (2002). *Fontes Jornalísticas: o lugar de fala do cidadão*. Salvador: Anais do Intercom.
- Carvalho, M. J. L. & Ferreira, L. (2007). *Risco Social: Crianças e jovens em notícia*. Comunicação apresentada no I Seminário Infância, Cidadania e Jornalismo, Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Fontcuberta, M. (1993). *La Noticia - Pistas para percibir el mundo*. Barcelona: Paidós.
- Guerra, J. (2004). *Fontes de Informação na Cobertura dos Temas Ligados à Infância e Adolescência*. Porto Alegre: Anais do Intercom.
- Lima, A. M. D., P. & Sampaio, I. V. (2005). *A Cobertura da Imprensa Cearense sobre o ECA*, Rio de Janeiro: Anais do Intercom.
- López, M. (1995). *Cómo se Fabrican las Noticias - Fuentes, selección y planificación*. Barcelona: Paidós.
- Miller, D. (1993). *Official Sources and Primary definition: the case of Northern Ireland*. London: Sage.
- Miller, D. & Williams, K. (1993). *Negotiating HIV/AIDS Information Agendas, Media Strategies and the News in Getting the Message: News, truth and power*. London e NY: Routledge.
- Muleiro, H. (2006). *Al Margen de la Agenda - Noticias, discriminación y exclusión*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Rosa, G. P. (2006). *A Quercus nas Notícias - Consolidação de uma fonte não oficial nas notícias de ambiente*. Porto: Porto Editora.
- Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar*. Porto: Campo das Letras.
- Sousa, J. P. (2000). *As Notícias e os Seus Efeitos*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Schlesinger, P. (1990). *Rethinking the Sociology of Journalism: source strategies and the limits of media centrism in public communication: The news imperatives*. London: Sage.

COMENTÁRIO DE...

Paulo J. Ornelas-Flor
PSP

Este seminário é de inestimável valor para percebermos até que ponto os nossos órgãos de comunicação social (OCS), escrita e televisiva, tratam os problemas da criança em Portugal.

Percebemos pelas várias alocuções que foram aqui explanadas que existe uma tónica dominante na ausência de palavras de jovens, uma acentuada presença de notícias com vários predicados e subjectivos onde a voz activa dos actores, as crianças, são aniquiladas e caladas.

Se calhar está na hora, passados que estão dois anos sobre o estudo que agora se torna público, de alterarmos vícios, vergarmos preconceitos e percebermos o que as nossas crianças, o nosso futuro, tem para dizer sobre as notícias das quais são alvo. Pode não alterar o presente mas contribuirá para um futuro mais justo para todos.

A PSP pretende ser parte interveniente da solução e o estudo agora apresentado vem de encontro à nossa pretensão, pois não é à toa que as Forças de Segurança estão em 14,9% das fontes citada pelos OCS. Não queremos ser os actores sociais que apenas contactam com o Risco Social e com a delinquência juvenil, entendemos que não nos podemos esquivar a essa realidade mas, com Programas como o "Escola Segura", o "Um amigo hoje...um futuro amanhã", entre outros, estamos preparados para apontar saídas com outros actores sociais para que o risco, que agora é latente, seja controlado e diagnosticado mais cedo. Se contactamos diariamente com os problemas, por que não contactarmos diariamente com as soluções?!

Concluo dizendo que não nos podemos olvidar de que as crianças, que hoje são os sujeitos das notícias, serão o nosso futuro e por elas passam algumas das ideias que neste seminário estão a ser discutidas. Como alguém dizia, "uma criança maltratada nunca esquece!"; também a PSP não esquece o seu papel na sociedade.

COMENTÁRIO DE...

António Amaral
CONFAP

As associações de pais como fonte de informação aparecem (geralmente, e quase que diria exclusivamente) em situação de alarme público, como fechar as escolas a cadeado. Mas, tirando isto, as associações de pais nunca são chamadas para debater as grandes questões da educação e os próprios problemas da escola.

Aparecem na comunicação social com aquela percentagem que vimos, mas apenas por problemas que não são os fundamentais da educação. Às vezes, na

escola, falta um auxiliar, já não decorrem as aulas, os pais ficam preocupados e tomam estas atitudes mais radicais, e são estas atitudes que fazem a notícia. E aqui aparecem as associações como uma grande fonte de informação mas não é uma informação que vá reflectir as verdadeiras necessidades que as associações de pais teriam de discutir, os problemas da educação dos seus filhos.

Enquanto CONFAP, enquanto estrutura nacional, de facto também somos citados como fonte. Mas, se verificarmos as notícias, como são publicadas, o seu conteúdo, verificamos que a nossa opinião, em contextos de página ou de meia página, não vai além de umas escassas três, cinco linhas.

E também neste caso somos contactados mais para comentar uma notícia, eventualmente uma medida, mas é raro sermos contactados para abordarmos questões de fundo da política educativa, no ensino ou relacionados com a infância e os jovens em geral.

Um exemplo é o "estatuto do aluno", em que fomos constantemente abordados por vários órgãos de comunicação social, para comentarmos esta questão. E como no ar havia um certo conceito do que se estava a passar, todas as perguntas eram dirigidas para que comentássemos aquilo que vários senhores diziam acerca do "estatuto do aluno". E quando nós destacávamos que o "estatuto do aluno" tinha questões, que nós próprios tínhamos, em campo próprio, feito alguns reparos, mas que, no geral, considerávamos as medidas como positivas, esta mensagem já não passava, o que passava eram outras questões.

Se, de facto, nas estatísticas, surgimos como uma fonte de informação, bastante audível, existe este aspecto perverso, de quererem ouvir de nós aquilo que lhes interessa ouvir, e geralmente é para compor um ramo de uma notícia, onde interessa dar uma certa pluralidade e diversidade das fontes ouvidas. Aparecemos lá para não dizermos que fomos discriminados na opinião.

Vimos aqui como as primeiras páginas de vários jornais focam muito as escolas. Havia um título que dizia assim: *Violência alastra na escola*. Depois, se formos ver a notícia, relatava um caso numa escola. Ora, nós temos cerca de dez mil escolas e um milhão e quinhentos mil alunos.

As notícias que aparecem são pontuais, mas a maneira como são dadas para o público transmite a ideia de que a violência é generalizada, o que é completamente falso.

Nós temos dados, temos conhecimento de boas práticas, onde não existe este tipo de indisciplina e de violência. Poderá existir a irreverência natural, que os alunos sempre tiveram.

Esta é uma crítica que podemos fazer à comunicação social. É que esta generalização transforma-se num determinado alarme social, que não corresponde, minimamente, à verdade.

Há três anos naturalmente ouviram falar da escola de Vialonga, ouviram falar da escola da Bela Vista, havia mais duas ou três, e neste momento, creio, essas escolas nunca mais foram notícia. Porquê?

Porque os factos existiram, de violência e de indisciplina, mas foram devidamente analisados, caracterizados, sinalizados, e depois adoptaram-se aí medidas disciplinadoras, de grande responsabilidade dos alunos, e hoje em dia

verifica-se que essas escolas passaram a ser escolas exemplares de convivência da comunidade.

Não é que neguemos o papel fundamental da comunicação social nos casos que, de facto, merecem denúncia pública.

Estamos francamente a favor de que esse é um papel importante, e um garante até da democracia, mas, de facto, a mediatização de casos isolados, que são assumidos como característica geral de realidades, tem estes efeitos perversos, e também na consciência dos próprios alunos, das próprias crianças.

Hoje em dia, as crianças são receptoras de toda a comunicação. Elas estão em casa, assistem aos telejornais, também vêem capas dos jornais, a imagem que elas têm das escolas é uma imagem que também não corresponde.

Uma criança que hoje em dia, numa escola, tiver uma atitude de maior indisciplina achará que está a agir na normalidade, que essa é a situação normal das escolas, porque é essa a mensagem que passa.

Se tivermos uma atitude mais pedagógica, podemos dizer publicamente que há casos, situando-os como casos isolados, mas que, na generalidade, se está a trabalhar, e bem, nas escolas. Com isto louvo os professores, na generalidade, e a nível das direcções de turma, que fazem um bom papel, junto dos alunos, de prevenção e de acompanhamento.

Também na imagem, no imaginário das crianças e dos jovens, ficamos com uma imagem deturpada que não vai facilitar nada o seu papel de responsabilidade.

Consideramos que a educação dos nossos jovens tem de ser uma educação para a responsabilidade. E esta é uma responsabilidade que não lhes cabe só a elas, cabe-nos só a nós.

E já foi dito (e li nalguns resumos) algo extremamente importante, e que para nós também é uma tecla em que batemos: aos jovens e às crianças não lhes é dado o papel fundamental que deviam ter.

Nós estamos sempre a fazer coisas para elas, mas nunca pedimos que elas também façam por elas próprias, e elas hoje têm um papel, já reconhecido pelos Direitos da Criança. Elas têm um papel a desempenhar na sociedade, não são menores, como se dizia há tempos, são pessoas com direitos. E se têm direitos também têm o dever de participar, e o que nós defendemos é que, nesta questão da responsabilização, as crianças e os jovens devem ser chamados a maior intervenção na discussão dos seus problemas.

Gostaríamos, também, que a comunicação social estivesse atenta a isso, exactamente para que as crianças não sejam só chamadas, ou apareçam na televisão, em situações de reportagem ou de entrevistas, com o seu "aspecto colorido" – mas que sejam intervenientes de acções mais positivas.